

**OS NOMES DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE ORIGEM
INDÍGENA EM PORTO NACIONAL (TO)**

**THE NAMES OF COMMERCIAL ESTABLISHMENTS OF INDIGENOUS
ORIGIN IN PORTO NACIONAL (TO)**

Ludimilla Coelho dos Santos ¹

Universidade Federal do Tocantins

Karylleila Santos Andrade ²

Universidade Federal do Tocantins

Resumo: O objetivo deste artigo é descrever e analisar a toponímia comercial de origem indígena em Porto Nacional, no Tocantins, sob o prisma dos estudos Onomásticos, área que integra a Lexicologia. Para alcançar o objetivo, foi produzido um *corpus* a partir de documentos fornecidos pela Secretaria Municipal da Fazenda de Porto Nacional e pelo Sindicato dos Comerciantes (SECOM) do referido município. A pesquisa é do tipo documental, tendo como foco uma abordagem qualitativa dos dados. Utilizou-se, como pressupostos teóricos e metodológicos, estudos que versam sobre as áreas da Lexicologia, Onomástica, Toponímia e a Onionímia, a saber: Neves (1971); Guérios (1973); Sampaio (1987); Dick (1980); Biderman (1998); Seabra (2006), Andrade (2010), entre outros. Os dados revelaram uma forte influência do tupi na nomeação dos estabelecimentos comerciais, no entanto, não se verificou, para as escolhas desses nomes, a presença de topônimos referentes às línguas indígenas faladas no estado do Tocantins, pertencentes, sobretudo, às famílias linguísticas do Tronco Macro-Jê. Infere-se, sobre isso, que a influência se deu pela expansão do tupi na região, onde hoje está situado o estado do Tocantins, principalmente na época das bandeiras – séculos XVIII e XIX. Além disso, foi possível identificar que a maioria dos topônimos fazem menção às cidades do estado do Tocantins, demarcando assim, a relação de pertencimento ao lugar em que o comerciante vive.

Palavras-chave: Onomástica; Toponímia comercial; Povos indígenas; Porto Nacional/TO.

Abstract: The aim of this article is to describe and analyze the commercial toponymy of indigenous origin in Porto Nacional, Tocantins, under the prism of Onomastic studies, an area that integrates Lexicology. To achieve the objective, a corpus was produced from documents provided by the Municipal Treasury Department of Porto Nacional and by the Commerce Workers Union (SECOM) of that municipality. The research is documentary type, focusing on a qualitative approach to the data. It was used, as theoretical and methodological assumptions, studies that deal with the areas of Lexicology, Onomastics, Toponymy and Ononymy, namely: Neves (1971); Guérios (1973); Sampaio (1987); Dick (1980); Biderman (1998); Seabra (2006), Andrade (2010), among others. The data revealed a strong influence of Tupi in the naming of commercial establishments, however, for the choices of these names, the presence of toponyms referring to the indigenous languages spoken in the state of Tocantins, belonging, above all, to

¹Mestre do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: ludimillacoasant@gmail.com

² Doutora em Linguística. Professora do Programa de Pós-graduação em: Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e do Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). E-mail: karylleila@uft.edu.br

the linguistic families of the trunk Macro-Jê. It is inferred, in this regard, that the influence was due to the expansion of Tupi in the region, where the state of Tocantins is located today, mainly at the time of the colonial expeditions – 18th and 19th centuries. In addition, it was possible to identify that most toponyms mention cities in the state of Tocantins, thus demarcating the relationship of belonging to the place where the merchant lives.

Key-words: Onomastic; Commercial toponymy; Indigenous people; Porto Nacional/TO.

Submetido em 30 de agosto de 2023.

Aprovado em 20 de dezembro de 2023.

Introdução

O ato de nomear está vinculado à atividade humana. Desde seu nascimento, o indivíduo inicia um ciclo de nomeação: primeiro, ele é registrado, ou seja, alguém lhe dá um nome, quase sempre motivado por algo (por exemplo, por gostos particulares dos responsáveis, homenagem a alguém, ou até pelo significado desse nome). Com seu desenvolvimento, ele passa a dar continuidade a este ciclo de nomeação: dá nome aos animais de estimação, aos brinquedos; apelida os amigos. Na vida adulta, tal atividade pode-se tornar mais socialmente relevante: nomeia seus próprios filhos, os frutos de seu trabalho – como é o caso dos nomes dos edifícios, das pesquisas científicas (como fórmulas, fósseis e teorias), ou de estabelecimentos comerciais.

É possível dizer, portanto, que o ato da nomeação está vinculado aos aspectos sócio-históricos e culturais da realidade circundante aos sujeitos, sendo possível conhecer particularidades de um dado grupo cultural e linguístico a partir das nomenclaturas que criam. Responsável por esse tipo de estudo, a Onomástica, área integrante da Lexicologia, investiga os nomes próprios (de lugares e de pessoas) sob uma perspectiva linguística. Como assevera Dick (1980), essa vertente de estudos linguísticos se ramifica em duas subáreas: a Toponímia, responsável pelo estudo dos nomes de lugares; e a Antroponímia, que estuda o conjunto dos nomes próprios de pessoas. Além dessas duas linhas de estudos, tem-se a Onionímia, cujo objeto compreende os nomes próprios de natureza comercial.

A proposta deste artigo é descrever e analisar os topônimos de origem indígena nos estabelecimentos comerciais na cidade de Porto Nacional, localizado no estado do Tocantins, região norte do país. Porto Nacional é um município centenário, com 162 anos de emancipação política, formado por volta do sec. XVIII. A cidade fica localizada

a 60 quilômetros da capital, Palmas (TO) e, de acordo com dados de Cabral e Gomes (2023), a sua população é de 64.418 pessoas.

A presença dos povos indígenas no Tocantins é expressiva, de modo que é forte a contribuição da toponímia indígena na sua formação. Segundo Silva (2020), no estado vivem atualmente nove Povos Indígenas: os *Akwẽ-Xerente*, *Mehin-Krahô*, *Pahin-Apinajé*, *Iny-Javaé-Karajá-Xambioá*, os *Krahó-Kanela*, *Avá Canoeiro* e *Guarani*. Para a autora, “a despeito das representações dominantes, se constituem como fundamentalmente singulares. Suas perspectivas cosmológicas e sua organização social diferem significativamente” (SILVA, 2020, p. 7).

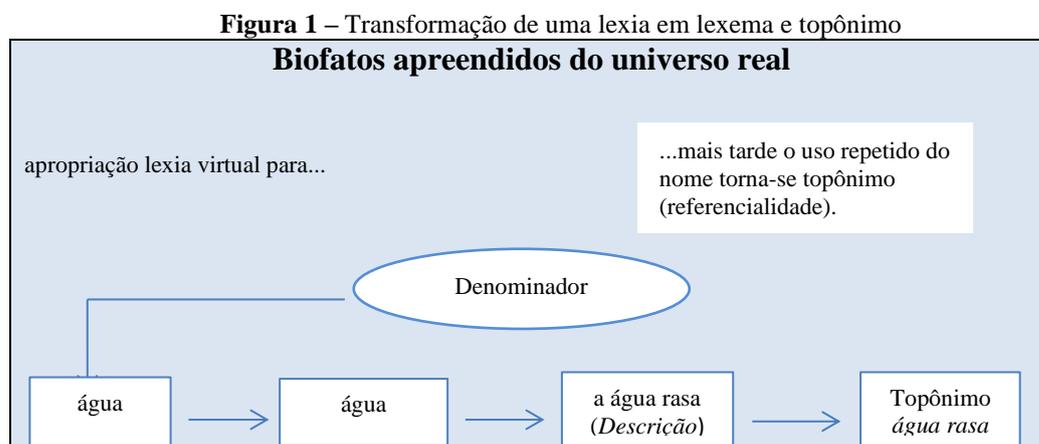
Este texto está dividido em cinco partes: na primeira é apresentado os pressupostos teóricos dos estudos lexicais toponímicos, como também, da toponímia comercial. A segunda parte é dedicada à toponímia indígena e ao contexto das populações indígenas que são reconhecidas e encontradas no estado do Tocantins. Na terceira parte, discutiremos os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa, como a escolha da abordagem dos dados, o tipo de pesquisa e o levantamento de dados de natureza bibliográfica e documental. Na quarta parte apresentamos a análise dos dados: os resultados do levantamento acerca dos nomes de estabelecimentos comerciais de origem indígena em Porto Nacional, como também, uma reflexão sobre a influência dos nomes de origem tupi na formação da toponímia brasileira. Por fim, apresentamos as reflexões acerca da pesquisa nas Considerações finais.

1. Léxico toponímico

É por meio do léxico que se revela a percepção de mundo de uma sociedade, indicando os ideais, os interesses e a cultura de um povo. Desse modo, os estudos lexicais se revelam importantes por permitir conhecer a identidade de uma determinada comunidade linguística, levando em consideração os aspectos socioeconômicos e sócio-históricos que subjazem um meio social, porquanto, evidencia as vivências de um determinado grupo. Dessa forma, como pondera Seabra (2006):

O léxico é [...] responsável por nomear e exprimir o universo de uma sociedade. Transmitidos de geração a geração como *signos operacionais*, é através dos *nomes* que o homem exerce a sua capacidade de exprimir sentimentos e ideias, de *crystalizar* conceitos (SEABRA, 2006, p. 1953).

Assim, vale considerar que o topônimo está interligado ao léxico, visto que o ato de nomear rios, praias, vilas, estabelecimentos recorre ao léxico de uma língua. O esquema elaborado por Carvalhinhos (2003), Figura 1, descreve o processo evolutivo de um topônimo, a partir de uma lexia normal até se consolidar como um topônimo.



Fonte: Adaptado de Carvalhinhos (2003).

De acordo com a explicação de Carvalhinhos (2003), é demonstrada uma transição de uma lexia virtual, no qual o denominador recorre ao léxico de sua língua para referenciar um determinado local, posteriormente, por meio das características externas do local (eixo motivacional), subsidia a construção/formação do topônimo: ‘água rasa’, ou seja, uma descrição do ambiente se tornou, conforme a sua cristalização na língua, o nome de um lugar. O referente ‘água’ e ‘rasa’ é a entidade linguista correspondente, subsidiando como base motivacional para a formação do topônimo. “Na construção do processo denominativo, a palavra incorpora o conceito dessa operação mental, cristalizando o nome e, assim, possibilitando a sua transmissão às gerações seguintes” (SEABRA, 2006, p. 1954).

O léxico expressa as marcas culturais, tradições, crenças e valores de uma dada sociedade, “cada língua traduz o mundo e a realidade social segundo o seu próprio modelo, refletindo uma cosmovisão que lhe é própria, expressa nas suas categorias gramaticais e léxicas” (BIDERMAN, 1998, p. 80). Em vista disso, a língua é veículo de comunicação do homem, cooperando para expressão do indivíduo em relação ao mundo a sua volta, sendo o léxico testemunho da realidade de um povo, de uma cultura etc. O processo de nomeação efetua-se mediante as impressões do homem acerca da realidade que o cerca, sendo assim, concretizada por meio da palavra, ligando, assim a língua às

crenças, cultura, história, ações e reações do ser humano sobre o meio em que vive, como define Isquierdo (2012):

O *léxico toponímico* como as unidades lexicais investidas da função de nome próprio de lugar que podem reunir formas do vocabulário comum, alçadas à categoria de topônimos; nomes próprios de pessoas, de lugares, de crenças, de entidades sobrenaturais que são ressemantizadas com o fim precípua de nomear um lugar [...] (ISQUERDO, 2012, [s.p]).

Para tanto, o topônimo está entrelaçado ao repertório lexical de uma sociedade, isto é, pode ser compreendido como parte de um léxico toponímico, tendo em vista que a linguagem está imbricada na dimensão social de um determinado agrupamento humano, portanto o léxico e o topônimo mantêm uma relação indissociável de inclusão entre um e outro. Como aborda Carvalhinhos (2003), atualmente, os estudos onomásticos no Brasil estão voltados para a investigação da história social dos topônimos de uma determinada região, uma vez que o léxico toponímico é um indicador linguo-cultural, pois abarca a interrelação que se encontra entre língua, cultura e sociedade.

Dentro da gama de estudos toponímicos, reside a *toponímia* comercial, que consiste em estudar os nomes de estabelecimentos comerciais, ou seja, aqueles que se encontram nas fachadas dos comércios de uma cidade. Sobre isso, Guérios (1973) traz, em sua obra *Os estudos em homenagem a Cândido Jucá (filho)*, o conceito de Onionímia ou Onomástica Industrial como apresenta o autor:

Em grego, “artigo comercial” é denominado de *oníon* ou *ónia*, e, em composição ónyma, “nome”, tem-se oniônimo. Todavia, poder-se-ia compor oniônoma, ónoma, o mesmo que onýma. Porém, para acompanhar os termos antroponímicos, topônimo, teônimo, zoônimo, astrônimo, etc., oniônimo (GUÉRIOS, 1973, p. 180).

O nome comercial é responsável por carregar a identidade e o *marketing* do comércio, visiona influenciar e atrair um público-alvo, de maneira que a escolha do nome é uma etapa importante para consolidação de uma empresa. Como assevera Neves (1971):

Estudando os desejos e os instintos básicos que influenciam o público em sua maneira de agir, o técnico de propaganda prepara, dentro de seus conhecimentos de Sociologia, de Psicologia, de Comunicação e, evidentemente de recursos visuais e auditivos, neles incluídos os signos linguísticos, uma mensagem que tenha apelo e ressonância para o maior número de possível de pessoas (NEVES, 1971, p. 25).

Portanto, a escolha do nome de um comércio revela ser uma atividade estratégica, não aleatória, a fim de ressoar positivamente o seu público-alvo. Na intenção de tornar o topônimo comercial diferente das demais empresas, o nome torna importante para o processo de identificação, referência e em especial, na captação de sua clientela, formando assim, a identidade da empresa, como pontua Mendes *et al* (2010):

Ao contrário do léxico da língua comum, em que se podem encontrar palavras “opacas”, ou melhor, “imotivadas”, os nomes próprios comerciais são, por excelência, “motivados” ou “transparentes”. O comerciante cria, geralmente, o nome de seu estabelecimento com o intuito de que esse topônimo comercial seja capaz de representar o lugar que denomina, atuando e influenciando sua clientela (MENDES *et al*, 2010, p. 2).

Os nomes próprios de lugares ou comerciais proporcionam compreender que o lugar, além de ser um ambiente de veiculação humana, é um demarcador de memórias de um determinado período, pois o nome carrega, em si, lembranças, histórias do lugar que o circuncida, em especial “do próprio denominador que se alimenta das lembranças evocadas pelo nome” (LUCAS, 2019, p. 32).

Sobre o processo de nomeação de um estabelecimento comercial, o cuidado está exposto inclusive legislativamente. O *Código Civil Brasileiro* (CBB) (BRASIL, 2002) prevê em sua literalidade “que toda pessoa possui direito ao nome, nele compreendido o prenome e sobrenome” (BRASIL, 2002, art. 16). Além do direito ao nome, o CCB abrange a proteção ao nome, como a vedação ao desprezo público, a utilização sem autorização, também proteção ao pseudônimo, como é o caso de nomes artísticos – por exemplo, da dupla sertaneja, Chitãozinho & Xororó (nome artístico), cujos integrantes têm por nome de registro: José Lima Sobrinho e Durval Lima. A inclusão do nome no CBB parte do princípio da dignidade, da caracterização do indivíduo no seio de sua sociedade, no ambiente que ele vive, diferenciando e individualizando-se dos outros seres, possuindo valor único. Spencer Vampré (1935), precursor do estudo do nome civil no Brasil, salienta que

Quando pronunciamos, ou ouvimos um nome, transmitimos ou recebemos, um conjunto de sons, que desperta nosso espírito, e no de outrem, a ideia da pessoa indicada, com seus atributos físicos, morais, jurídicos, econômicos, etc. Por isso, é lícito afirmar que constitui o nome a mais simples, a mais geral e a mais prática forma de identificação (VAMPRE, 1935, p. 38)

Desse modo, depreende-se que para o autor o nome é uma forma de identificação e de referencialização do sujeito, pois o nome particulariza e torna cada pessoa única a sua maneira. Por isso, o nome é um aspecto a ser resguardado pela lei. Assim como a pessoa física possui direito ao nome, a pessoa jurídica também goza dos mesmos direitos para efetuar suas atividades. Isso quer dizer que o nome comercial ‘nasce’ e ‘morre’, assim como o da pessoa física. Torna-se, assim, obrigatório, para o nascimento da empresa, seu cadastramento no Registro de Empresas (BRASIL 2002). No processo de registro do nome é necessário seguir alguns passos, os quais são imprescindíveis para abrir uma empresa, escolher e registrar seu nome. Somente após essas etapas a empresa passa a existir oficialmente. Esse procedimento cautelar é relevante, pois “Não poderá haver colidência por identidade ou semelhança do nome empresarial com outro já protegido” (BRASIL 2002). Todo esse cuidado visa proteger o topônimo comercial, reafirmando seu aspecto social e de unicidade – particularidades que o topônimo transporta em sua essência.

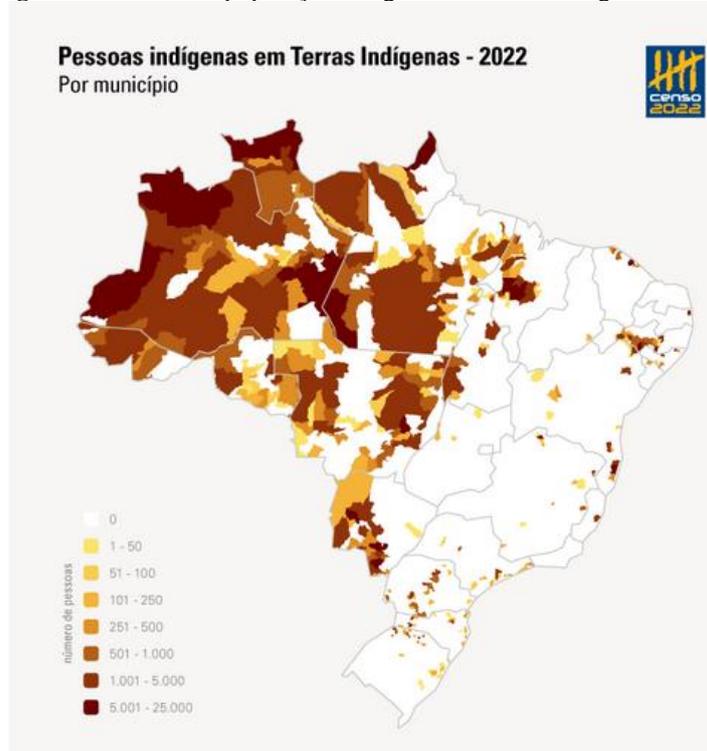
3 Toponímia indígena

Conforme dados do Cabral e Gomes (2023), o Brasil tem uma população indígena de 1.693.535, o que representa 0,83% do total de habitantes. Desse total, pouco mais da metade (51,2%) da população indígena está concentrada na Amazônia Legal. Em 2010, quando foi realizado o Censo anterior, foram contabilizados 896.917 indígenas no país. Isso equivale a um aumento de 88,82% em 12 anos, período em que esse contingente cresceu consideravelmente. O crescimento do total da população nesse mesmo período foi de 6,5%. (CABRAL; GOMES, 2022).

No estado do Tocantins, de acordo com dados do IBGE (*apud* CABRAL; GOMES, 2023), a população indígena soma 20.023 pessoas autodeclaradas indígenas, representando 1,32% da população total do Estado. A maioria dessa população, 15.213 (75,9%) vive em terras indígenas, enquanto 4.810 (24%) reside fora delas. As cidades com maior população indígena no Tocantins são: Tocantínia (4.086), Goiatins (2.650), Tocantinópolis (2.352), Lagoa da Confusão (2.340), Formoso do Araguaia (1.633), Itacajá (1.195), Pium (983), Gurupi (802), Palmas (645) e Maurilândia do Tocantins (483). Em relação à proporção na população total dos municípios, os maiores são: Tocantínia (54,8%), Goiatins (21,3%), Itacajá (17,5%), Maurilândia do Tocantins (15,6%) e Lagoa da Confusão (15,3%) (MAZZOLA, 2023). Segundo o IBGE (*apud*

MAZZOLA, 2023), em 12 municípios no Tocantins há indígenas vivendo em terras indígenas. O Parque Araguaia é a Terra Indígena com maior população do Estado. A Figura 2 ilustra tais porcentagens.

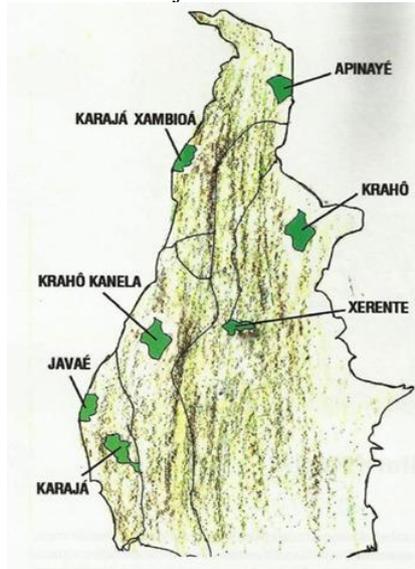
Figura 2 – Dados da população indígena em Terras Indígenas - 2022



Fonte: Cabral e Gomes (2023).

A Figura 3 apresenta um mapa desenhado por Daniel Rêj Kraho (2014 *apud* ALBURQUERQUE, 2013), que traz a localização das comunidades indígenas presentes no estado do Tocantins:

Figura 3 – Desenho Daniel Rêj Kraho Sobre os Povos Indígenas do Tocantins



Fonte: Albuquerque (2013).

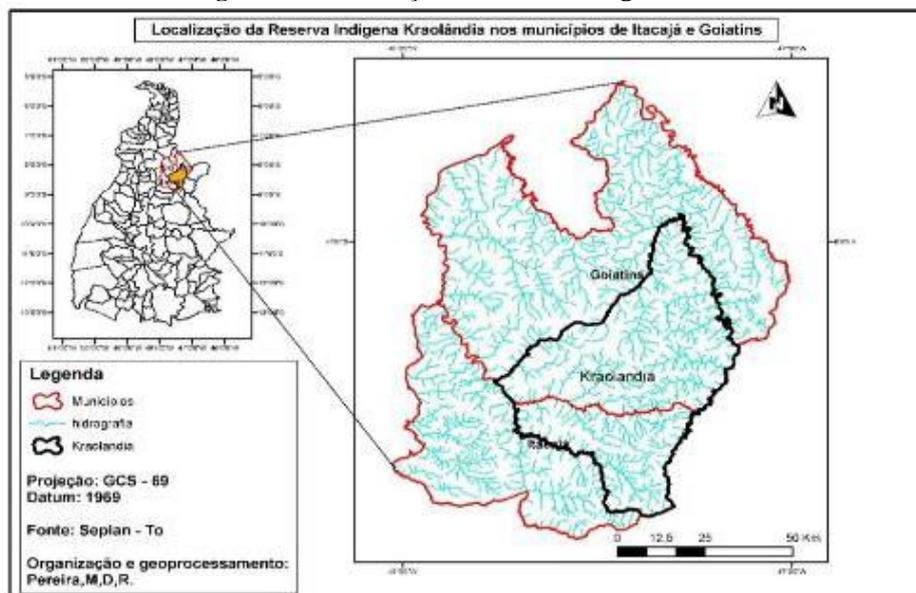
Os povos indígenas, localizados no estado do Tocantins, estão distribuídos em vários municípios do estado, o que reflete nas toponímias indígenas dessas cidades. Para fins de contextualização, buscaremos descrever a história e as características pertencentes aos principais povos indígenas do Estado.

3.1 Povo Xerente

Segundo Rodrigues (1986), a língua do povo Xerente-Akwe pertence à família Jê, do tronco Macro-Jê. Estão localizados à margem direita do rio Tocantins, aproximadamente, a 70 km da capital, Palmas. Sua autodenominação é Akwẽ, que significa ‘indivíduo, gente importante’. Já para a sociedade majoritária são reconhecidos e denominados de Xerente. Na Figura 4, apresentamos a localização do território Xerente.

em terras homologadas pelo Decreto-Lei nº 99.062 de 07 de março de 1990. A seguir, encontra-se a localização geográfica do referido povo:

Figura 5 – Localização da Reserva Indígena Krahô



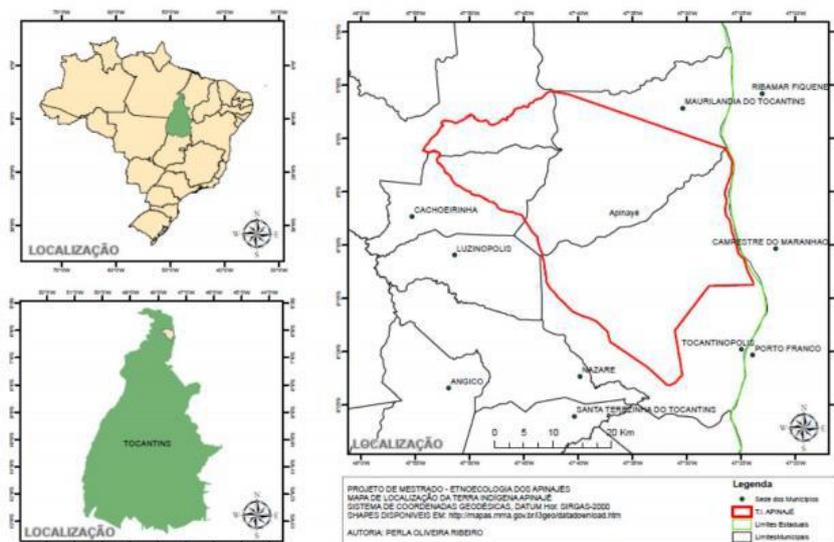
Fonte: Santos (2019).

A comunidade indígena Krahô, compreende um total de 33 comunidades indígenas, conforme os dados do DSEI (2023), situando-se em dois municípios do estado do Tocantins: Itacajá, onde há registro de 19 aldeias e em Goiatins, com 14 aldeias. O modo de subsistência dos Krahô é baseado na produção de mandioca, milho, arroz, feijão, fava, inhame, abóbora, entre outros. Para complementar a alimentação de base, criam galinhas e porcos. Também são adeptos da atividade de caça (ABREU, 2012).

3.3. Povo Apinajé

O povo Apinajé ou Apinayé, autodenominado de *Pahi*, reside na região do Tocantins, nas confluências entre o Araguaia e Tocantins. A área indígena dos *Pahi* está localizada nos municípios de Maurilândia do Tocantins, Cachoeirinha do Tocantins e São Bento do Tocantins. A língua do povo Apinajé pertence à família linguística Jê, do tronco linguístico Macro-jê (RODRIGUES, 1986). A Figura 6 demonstra a localização espacial do povo Apinajé.

Figura 6 – Localização do Território Indígena Apinajé



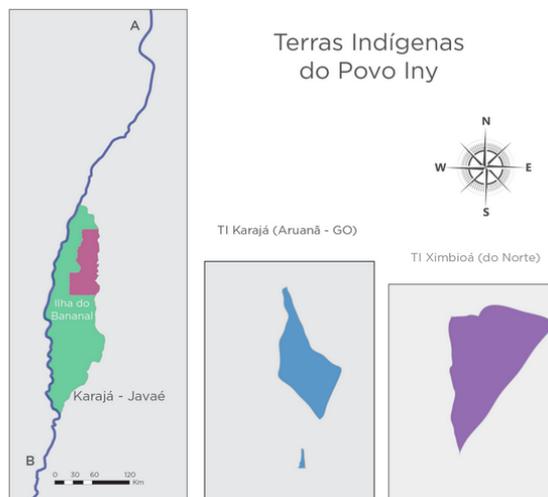
Fonte: Torres e Costa (2020).

A base de sobrevivência deste grupo é a agricultura de subsistência, voltada para manutenção alimentar da comunidade. A principal atividades é a caça, contudo as novas gerações estão recorrendo à criação de pequenos animais, como a galinha e porco (ISA, 2019), devido à extinção e escassez de animais silvestres.

3.4 Povo Javaé, Karajá e Karajá-Xambioá

Os povos Javaé, Karajá e Karajá-Xambioá formam o grupo *Iny* (em português, ‘gente de boa’. Pertencem à família Karajá, do Tronco Linguístico Macro-Jê, como enfatiza Rodrigues (1986, p. 56). A Figura 7 apresenta a localização do grupo *Iny*:

Figura 7 – Localização das terras do povo Iny



Fonte: Costa (2018).

Os Javaé, Karajá e Karajá-Xambioá fazem parte de uma mesma cultura, porém há diferenças consideráveis entre eles:

Pode-se dizer que Karajá, Javaé e Xambioá possuem a mesma “cultura”, embora haja também diferenças consideráveis entre os três grupos. Tradicionalmente os Karajá habitam a porção ocidental da Ilha do Bananal, enquanto os Xambioá vivem no baixo rio Araguaia, distantes da Ilha do Bananal, sendo conhecidos como os “Karajás do norte”. Os Javaés costumavam viver no interior da ilha, ao longo do rio Javaés e de seus afluentes - este é o nome que o rio Araguaia toma ao contornar o lado oriental da Ilha do Bananal (RODRIGUES, 1999).

É preciso reiterar que não há consenso entre os pesquisadores do grupo Karajá que Karajá, Xambioá e Javaé sejam povos distintos. Segundo Giralдин (2002 *apud* SILVA, 2022), a atribuição nativa está definida pela posição de cada grupo em relação ao Rio Araguaia. Os que ocupam a região mais ao sul são denominados o ‘povo de cima’ (Os Karajá), sendo que o ‘povo do meio’ são os Javaé, e o ‘povo de baixo’ são os Xambioá.

3.5 Povo Krahô-Canela

A referida comunidade indígena originou-se na terra Mata Alagada, entre os rios Formoso e Javaé, hoje município de Lagoa da Confusão, a 300km da capital do estado, Palmas (ALBUQUERQUE, 2013). Em relação à língua, esses povos pertencem ao tronco Macro-Jê, da família linguística Jê (RODRIGUES, 1986). De acordo com a Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN)³, no século XIX, viviam na região do rio das Balsas, no Maranhão (TOCANTINS, 2016). Em razão de grandes expansões no território de origem, resolveram migrar para o Tocantins. Em 2021, foi concedida a limiar de reintegração de posse, que garantiu aos Krahô-Kanela uma moradia estável, compatível com sua cultura (SEPLAN, 2016).

3.6 Povo Avá-Canoeiro

Os Avá-Canoeiro pertencem à família linguística Tupi-guarani, do tronco Tupi (RODRIGUES, 1986). Eles se autodenominam *Ãwa*, palavra que significa ‘gente, pessoa, ser humano, homem adulto’. Ainda em relação aos aspectos linguísticos, os Avá

³ O documento faz referência ao Diagnóstico da dinâmica social e econômica do estado do Tocantins

são divididos em dois grupos separados territorialmente – um pertence à região do médio Araguaia e, outro, ao alto rio Tocantins –, o que acarreta diferenças linguísticas.

A seguir, trataremos dos procedimentos metodológicos dos dados acerca a toponímia comercial de origem indígena em Porto Nacional, como também, da análise, tratamento e discussão dos dados.

4 Procedimentos metodológicos da pesquisa toponímica

Para o andamento e concretização do estudo aqui desenvolvido, foi necessário buscar uma relação de nomes dos comércios de Porto Nacional, em vista disso, foram conseguidos os seguintes passos:

- a) Seleção de possíveis secretárias e órgãos públicos que poderiam fornecer materiais para o andamento da pesquisa;
- b) Realização de uma visita em algumas repartições públicas, como por exemplo, a Secretária Municipal da Fazenda, em busca de uma relação/relatório de nomes de estabelecimentos, para suplementar os dados do trabalho;
- c) Obtenção dos documentos nos respectivos lugares no Sindicato dos Empregados no Comercio de Porto Nacional (SECOM-PN) e na Secretaria Municipal da Fazenda.

Assim, foi feita uma visita à Secretaria Municipal da Fazenda (denominada de Secretaria Municipal das Finanças) que, no dia 09 de março, disponibilizou a relação de empresas do município de Porto Nacional, contendo o registro de todos os comércios ativos da cidade. No documento coletado, identificamos informações pertinentes sobre o estabelecimento, como a data de abertura, o logradouro e a atividade/ramo da empresa. Também foi realizada uma visita à SECOM de Porto Nacional (TO), o qual cedeu um relatório composto pelos nomes das empresas de maneira mais sucinta.

Optou-se em utilizar os dois documentos, pois eles possuem informações que se integralizam, fornecendo informações que atendem as demandas do trabalho. Além disso, recorreu-se à plataforma de mapeamento de localidades do *Google*, o *Google Maps*, para complementar os dados de localização das empresas selecionadas. Posteriormente, fez-se a análise dos documentos obtidos para que fosse possível buscar o subsídio à motivação da escolha dos nomes, substanciando, assim, a investigação dos

topônimos comerciais de origem indígena dispostos nos nomes de estabelecimentos comerciais presentes na cidade de Porto Nacional (TO).

5 Análise, tratamento e discussão dos dados

Os nomes de origem indígena não são uma opção majoritária na seleção da escolha do nome de uma empresa; ocorre a preferência de nomes que denotam prestígio social, como nomes em línguas estrangeiras, a saber: ‘*Closet Woman*’, ‘*Smart Porto*’, ‘*Elegance Shoes*’, exemplos de nomes comerciais identificados no município de Porto Nacional.

A Figura 8 demonstra o percentual de topônimos comerciais de origem indígena identificados no contexto da pesquisa:

Figura 8 – Percentual de topônimos comerciais de origem indígena em Porto Nacional



Fonte: SANTOS (2023).

Um dos resultados apontados pelo *corpus* foi que a língua tupi prevalece na denominação. É notável a incidência do tupi na formação da geografia nacional, como a nomeação de estados brasileiros: Pará, Pernambuco, Aracaju, Paraná, Maranhão, Tocantins entre tantos outros. De acordo as considerações de Cardoso (1961), o tupi foi à língua que mais influenciou, não só no vocabulário português, mas também na toponímia brasileira, fato que explica a acentuada presença de topônimos comerciais de origem tupi no território da pesquisa.

Toda a expansão do tupi na geografia brasileira é atribuída, principalmente pelos colonizadores e bandeirantes: os ‘conquistadores’, as numerosas bandeiras que penetravam os sertões, iam atribuindo nomes aos rios, morros, serras, córregos e entre outros elementos que compõe à natureza/espaço geográfico (SAMPAIO, 1987), o que não é diferente do que ocorre no Tocantins. As bandeiras que cruzaram a região da Província de Goiás, quase só conheciam o tupi dentre as línguas indígenas

(ANDRADE, 2010), de modo que, por onde passavam, nomeavam o ambiente com topônimos dessa língua.

A expressiva presença de nomes de lugares de origem tupi, também ocorre, como considera Sampaio (1987), pela predileção dos brasileiros em designar acidentes geográficos com topônimos de origem tupi, como uma marca própria da terra. Por esse ponto de vista, podemos inferir que possivelmente possa existir uma valorização da língua, mas que não propriamente significa a valorização de seus falantes. No quadro a seguir, elencamos a relação dos nomes comerciais de origem indígena dos estabelecimentos comerciais de Porto Nacional.

Quadro 1 – Relação dos nomes comerciais de origem indígena

Categorização dos topônimos comerciais de origem indígena de Porto Nacional (TO)		
1	Aço Guararapes	Ergotopônimo
2	Armazém Paraíba	Corotopônimo
3	Agro Tocantins	Zootopônimo
4	Auto Elétrica Umuarama	Corotopônimo
5	Auto Posto Guararapes	Ergotopônimo
6	Bazar Tocantins	Zootopônimo
7	Buriti Imóveis	Fitotopônimo
8	Cerâmica Tocantins	Zootopônimo
9	Churrascaria do Pedro Tatu	Zootopônimo
10	Chapécó Madeiras	Hidrotopônimo
11	Distribuidora Marajó	Geomorfotopônimo
12	Drogaria Sergipe	Zootopônimo
13	Frigorífico Jatobá	Fitotopônimo
14	Irecê Bijoux	Hidrotopônimo
15	Moto Peças Araguaia	Animotopônimo
16	Ótica Araguaia	Animatopônimo
17	Peixaria Araguaia	Animatopônimo
18	Supermercado Açaí	Fitotopônimo
19	Supermercado Potiguá	Etnotopônimos
20	Tatu gás	Zootopônimo
21	Tocantins Tratores	Zootopônimo

Fonte: Santos (2023).

Em relação às tendências motivadoras dos topônimos investigados, constatamos que a taxonomia predominante foi a dos zootopônimos, com 7 ocorrências. Os

zootopônimos estão incluídos nas taxonomias de natureza física, como definido por Dick (1980), são topônimos de índole animal, igualmente, como encontrado na pesquisa, a Churrascaria do Pedro Tatu (por exemplo). Em seguida, aparecem as taxes dos animotopônimos e fitopônimos, com 3 ocorrências em cada taxonomia. Por conseguinte, aparecem ergotopônimos, corotopônimos e hidrotopônimos com mesma quantidade de aparições: 2 ocorrências. Na sequência, tem-se a presença de 1 geomorfotopônimo e 1 etnotopônimo. No Quadro 2, é possível observar a quantidade de ocorrências de cada taxa de uma forma mais detalhada.

Quadro 2 – Relação de ocorrência das taxonomias identificadas

Taxonomia	Ocorrências
Zootopônimos	7
Animotopônimos	3
Fitopônimos	3
Ergotopônimos	2
Corotopônimos	2
Hidrotopônimos	2
Geomorfotopônimo	1
Etnotopônimo	1

Fonte: Santos (2023)

Além disso, diante dos 21 topônimos comerciais catalogados, 7 topônimos comerciais fazem referência às localidades do estado Tocantins, sendo: 4 ocorrências de *Tocantins* e 3 de *Araguaia*. Tais nomes remetem às localidades dos dois grandes rios que cortam o estado e que formam a bacia Tocantins-Araguaia. A seguir, como ilustração, apresentamos duas fichas lexicográfico-toponímicas de dois estabelecimentos comerciais.

Quadro 3 – Ficha lexicográfico-toponímica: Bazar Tocantins

TOPÔNIMO Bazar Tocantins	
LOCALIZAÇÃO: Rua Frederico Lemos.	
IMAGEM NO MAPA	FOTO DO ESTABELECIMENTO
 <p>Fonte: Bazar Tocantins no <i>Google Maps</i></p>	 <p>Fonte: Bazar Tocantins no <i>Google Maps</i></p>
ETIMOLOGIA	
<p>“<i>Tucantim</i>: c. <i>Tucan-tim</i>, nariz de tucano. Nome de um gentio que deu o seu apelido ao rio. Pará, Goiás. Alt. <i>Tocantim</i>” (SAMPAIO, 1987, p. 333).</p>	
TAXEONOMIA	
Zootopônimo	
INFORMAÇÃO:	
<p>Nome fantasia: Bazar Tocantins; Atividade: Comércio varejista de roupas, calçados e afins; Início de atividade: 05/03/1990. Endereço: R. Frederico Lemos, N. 1157; Centro; Porto Nacional (TO); CEP: 77500-000. Fonte: Prefeitura Municipal de Porto (2022).</p>	
FONTES DE PESQUISA:	
SAMPAIO, Teodoro. O tupi na geografia nacional . 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.	
Fonte: Santos (2023).	

Quadro 4 – Ficha lexicográfico-toponímica: Ótica Araguaia

TOPÔNIMO Ótica Araguaia	
Localização: Centro.	
IMAGEM NO MAPA	FOTO DO ESTABELECIMENTO
 <p>Fonte: Ótica Araguaia no <i>Google Maps</i></p>	 <p>Fonte: Foto tirada pela autora (2023).</p>
ETIMOLOGIA	
<p>“<i>Araguaya</i>: s. c. <i>Ará-guaya</i>, os papagaios mansos” (SAMPAIO, 1987, p. 198).</p>	
TAXEONOMIA:	
Animatopônimo	
INFORMAÇÃO:	
<p>Nome fantasia: Ótica Araguaia; Atividade: Comércio varejista de artigo de ótica;</p>	

Início de atividade: não identificado.

Endereço: Av. Joaquim Aires, 2130; Centro; Porto Nacional (TO); CEP: 77500-000.

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Nacional (2022).

FONTES DE PESQUISA:

SAMPAIO, Teodoro. **O tupi na geografia nacional**. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987

Fonte: Santos (2023).

Observou-se, pela análise, que os topônimos fazem menção aos nomes de lugares do Tocantins, devido ao fato que Porto Nacional, por volta de maio de 1956, foi um dos palcos do Movimento Separatista (na época, idealizado por Lysias Rodrigues⁴), que lutava pelo desmembramento do Tocantins das terras goianas. “Esse momento foi oficialmente registrado pela Câmara de Porto Nacional, em 13 de maio de 1956” (CARDOSO 2003, p. 64).

Com isso, observa-se o sentimento de pertencimento em utilizar os nomes do Tocantins na toponímia comercial de origem indígena em Porto Nacional: Agro Tocantins, Bazar Tocantins, Cerâmica Tocantins, Moto Peças Araguaia, Ótica Araguaia, Peixaria Araguaia e Tocantins Tratores. Infere-se justificativas para tamanha representatividade, como o discurso Autonomista do Tocantins, que esteve fortemente presente durante a luta separatista do Tocantins do território de Goiás, do qual se observa o reflexo nos nomes de lugares do estado na toponímia comercial de origem indígena em Porto Nacional.

A expressiva influência dos nomes dos municípios na toponímia comercial de Porto Nacional (TO) demonstra uma necessidade de “legitimar um sentido de pertencimento regional a partir de discursos fundadores” (RODRIGUES, 2016, p. 191) Na Figura 9, os dizeres ‘Tocantinense não é goiano’ realça a relevância para a população tocaninense em construir sua própria identidade, sobretudo ter sua identidade desvinculada da do estado de Goiás. O desejo não permeava somente a conquista territorial, mas também, uma conquista identitária, pois é marca de pertencimento a tentativa de apagamento da memória do outro.

⁴Lysias Rodrigues foi um importante aviador, mais conhecido como Major-Brigadeiro-do-Ar Lysias. Rodrigues nasceu no Rio de Janeiro em 23 de junho de 1896. Foi considerada uma pessoa de personalidade multifacetada, foi aviador, geopolítico, desbravador e engenheiro-geógrafo. Criou o Correio Aéreo Nacional (CAN) em 1931. Escreveu diversas obras, inclusive livros dedicados ao Tocantins, a saber: Roteiro do Tocantins (1943) e Rios do Tocantins (1945) (CAMBESES JÚNIOR, [s.d]).

Figura 9 – Porto Nacional em 1956

Fonte: Cavalcante (2003).

O indivíduo, ao evocar os nomes de municípios tocantinenses na toponímia comercial, evidencia uma forte ligação entre território e a identidade local. O desejo de legitimar o sentimento de pertencimento tocantinense, através de topônimos comerciais, vai ao encontro da afirmação de Callai (2004): “[...] o lugar onde se vive, deve ser conhecido e reconhecido pelos que ali vivem, pois, conhecer o espaço, para saber nele se movimentar, para nele trabalhar e produzir significa conseguir reproduzir-se também a si próprio, como sujeito” (CALLAI, 2004, p. 3). Consoante ao que afirma a referida autora, a população tocantinense lutava por reconhecimento identitário, de terem o território tocantinense autônomo culturalmente, em decorrência disso, a conquista não era somente por uma autonomia político-administrativa, pois cada lugar é particularizado pelos sujeitos que ali habitam, pelas as memórias, as histórias, a cultura que singulariza o ambiente habitado.

Como reitera Cardoso (*et al*, 2017), ao modificar o lugar, criam-se teias de relações dimensionais, materializam-se outros atributos e apaga-se, materialmente, parte do que ali foi vivenciado. O caráter dinâmico dos lugares pode ser observado nas intensas transformações do espaço citado. Com isso, ao desmembrar o território tocantinense que antes pertencia ao estado de Goiás, o local foi se modificando culturalmente pela população que pertencia ao estado do Tocantins. Na medida em que o território conquistou sua autonomia política, conseqüentemente, aos poucos, apagou-se as memórias, as vivências do outro.

Considerações finais

A presente pesquisa teve como principal foco realizar uma investigação acerca dos topônimos comerciais de origem indígena em Porto Nacional, sob o viés dos estudos toponímicos, subárea da Onomástica, que se dedica em estudar os nomes

próprios. Assim, averiguou-se quais fatores influenciam na formação da toponímia comercial do município, a fim de identificarmos a origem linguística dos topônimos de origem indígena e discutir as motivações e influências na composição dos nomes de estabelecimentos catalogados na localidade da pesquisa, com base nos documentos utilizados.

O levantamento concretizado, por meio de fichas lexicográficas, possibilitou conhecer o contexto que subjazem os topônimos comerciais de origem indígena em Porto Nacional. Com base nas informações apresentadas foi possível inferir que todos os topônimos comerciais de origem indígena são de origem tupi, não sendo representativo para os povos indígenas locais. A significativa influência dos topônimos de origem indígena realça uma justaposição das demais línguas de origem indígena presentes no estado, assim como ocorre em todo o território brasileiro, difundido, principalmente pelos colonizadores europeus, por meio da catequese e dos bandeirantes que percorreram o território tocantinense.

Além disso, observamos que são representativos os nomes de localidades do estado do Tocantins na toponímia comercial de Porto Nacional, pois, tais nomes ressoam, consideravelmente nos dados levantados. Essa motivação reflete o discurso autonomista do Tocantins, no período de separação do estado de Goiás, em que se buscava uma reafirmação identitária. Assim, este estudo possibilitou a ampliação da compreensão de aspectos históricos, culturais e políticos que influenciaram o repositório toponímico do contexto investigado. Por fim, esperamos que o respectivo trabalho contribua para o aprofundamento das pesquisas Toponímicas sob o viés da toponímia comercial, que ainda que tem muito a expandir, e nos estudos da toponímia indígena, especialmente, no contexto tocantinense, considerando-se que a população indígena é representativa para o estado.

Referências

ALBUQUERQUE, F. E. Índios do Tocantins: aspectos históricos e culturais. *In*: SILVA, Norma Lúcia da; VIEIRA, Martha Victor (Orgs.). *Ensino de história e formação continuada: teorias, metodologias e práticas*. Goiânia: PUC Goiás, 2013. p. 135-156.

ABREU, M. V. A. B. *Situação sociolinguística dos krahô de Manoel Alves e Pedra Branca: uma contribuição para educação escolar*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-graduação em Letras, Araguaína, 2012. Disponível em:

<http://www.uft.edu.br/lali/index.php?pagina=paginas/content&paginaContent=Disserta%C3%A7%C3%B5es%20Defendidas&idMenu=11>. Acesso em: 05 nov. 2022.

XXXXXXXXXXXXX. *Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins*. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2010.

BRASIL. Decreto-lei nº 99.062 de 7 de março de 1990. *Homologa a demarcação da área indígena Kraôlandia*. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: [D99062 \(planalto.gov.br\)](http://D99062.planalto.gov.br). Acesso em: 17 mai. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Código Civil (2002). *Código Civil: 2002*. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.html. Acesso em: 05 mai. 2023.

BIDERMAN, M. T. C. *Filologia e linguística portuguesa*. São Paulo: UNESP, n. 2, p. 81-118, 1998. Disponível em: https://dlcv.fflch.usp.br/files/Biderman1998_0.pdf. Acesso em: 10 mai. 2023.

BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P.; ISQUERDO, A. N. *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. 2.ed. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2001. p. 13-22.

CABRAL, U.; GOMES, I. Dados da população indígena de 2022. *Agência IBGE Notícias*, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>. Acesso em: 22 ago. 2023.

CALLAI, H. C. O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e pertencimento. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004. *Anais [...]* Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. p. 01-10. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/HelenaCallai.pdf>. Acesso em 10 mai. 2023.

CAMBESES JÚNIOR, M. Major-Brigadeiro-do-Ar Lysias Augusto Rodrigues: Pioneiro do correio aéreo nacional, patrono do INCAER. *INCAER*, [s.d]. Disponível em: https://www2.fab.mil.br/incaer/images/eventgallery/instituto/Opusculos/Textos/opusculo_lyusias_rodrigues.pdf. Acesso em: 15 mai. 2023.

CARDOSO, D. *et al.* Espacialidades e ressonâncias do patrimônio cultural: reflexões sobre identidade e pertencimento. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, n. 11, p. 83-98, 2017. Disponível em: <http://cegot.org/ojs/index.php/GOT/article/view/2017.11.004>. Acesso em 10 mai. 2023.

CARDOSO, L. A. *Toponímia brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.

CARVALHINHOS, P. J. Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalizador e fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 172-179, fev. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33819>. Acesso em 10 mai. 2023.

CAVALCANTE, M. E. S. R. *O discurso autonomista do Tocantins*. Goiânia: UCG, 2003.

COSTA, C. L. (Org.). *Gênero e diversidade na escola: espaço e diferença: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero*. Goiânia: Gráfica UFG, 2018. Disponível em: <https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/genero-e-diversidade-na-escola/conteudo/ficha-tecnica.html>. Acesso em: 10 mai. 2023.

DICK, M. V. P. A. *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxonômicos*. 1980. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-16122022-105612/pt-br.php>. Acesso em: 11 mai. 2023)

DSEI. [Correspondência]. Destinatário: Karylleila dos S. Andrade Klinger. Palmas, 19 jan. 2023. Ofício.

FUNAI. Quem são. *Ministério dos povos indígenas*, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao>. Acesso em 11 mai. 2023.

GIRALDIN, O.; SILVA, C. A. Ligando mundos: relação entre xerente e sociedade circundante no século XIX. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi*, sér. Ant., v. 18, n. 2, 2002. Disponível em: http://www.uft.edu.br/neai/file/odair_ligando_mundos.pdf. Acesso em: 10 mai. 2023.

GUÉRIOS, Rosario Farâni Mansur. Onionímia ou Onomástica Industrial. In.: BARBADINHO NETO, R. (Org.). *Estudos em homenagem a Cândido Jucá (Filho)*. Rio de Janeiro: Simões, 1973.

IBGE. *Os indígenas no censo demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. CONHEÇA o Brasil: Populações indígenas. *IBGE Educa Jovens*, [s.d]. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20506-indigenas.html>. Acesso em: 22 ago. 2022.

ISA. Instituto Socioambiental. Línguas. *Povos indígenas do Brasil*, 2019. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Apinaj%C3%A9>. Acesso em: 10 nov. 2022.

ISQUERDO, A. N. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C (Orgs). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2012. p. 115-39.

LUCAS, P. *Os nomes comerciais em Naranjal-Paraguai*. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Oeste do Paraná, Programa de Pós-graduação em Letras, Cascavel, 2019. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/4235>. Acesso em: 28 fev. 2022.

MAZZOLA, R. Com 20 mil pessoas autodeclaradas indígenas no Estado, Governo do Tocantins trabalha na elaboração de políticas públicas específicas para essa população. *Secretaria da Comunicação do Governo no Tocantins*, 2023. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/com-20-mil-pessoas-autodeclaradas-indigenas-no-estado-governo-do-tocantins-trabalha-na-elaboracao-de-politicas-publicas-especificas-para-essa-populacao/812trp9c9dq>. Acesso em: 22 ago. 2023.

MENDES, A. A. *et al.* A toponímia comercial. *Revista eletrônica da faculdade Metodista Granbery*, n. 9, 2010.

NEVES, N. L. H. *Nomes próprios comerciais e industriais no português: um aspecto da nomenclatura do comércio e da indústria em Belo Horizonte*. 1971. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1971.

PAZ, L. R. S. *et al.* Diagnóstico da Composição dos Resíduos Sólidos da Aldeia Indígena Salto da Etnia Xerente de Tocantínia - TO. *In: XI Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental*, 2018, Porto Alegre, RS.

PREFEITURA DE PORTO NACIONAL. Secretaria Municipal de Finanças. *Relação de empresas ativas*. Período inicial de 01/01/1920 a 18/05/2022. Porto Nacional, TO, 2022.

RODRIGUES, P. M. O surgimento das armas de fogo: alteridade e feminilidade entre os Javaé. *Revistas Estudos Feministas*. Vol. 7, No 1 e 2 (1999) . Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11992>. Acesso em: 17 ago. 2023.

RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

RODRIGUES, J. C. Território e identidade: o “norte goiano” e o discurso fundador tocaninense no século XX. *Entreletras*. Araguaína, v. 7, n. 1, p. 185-199, 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/2846>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SAMPAIO, T. *O tupi na geografia nacional*. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

SANTOS, A. A. *Os índios Krahô e a expansão do agronegócio no Nordeste do estado do Tocantins*. 2019 Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2019. Disponível em:

<http://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1207/1/Alisson%20Almeida%20dos%20Santos%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2023.

SANTOS, Alisson Almeida. *Os índios Krahô e a expansão do agronegócio no Nordeste do estado do Tocantins*. 2019 Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2019. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1207/1/Alisson%20Almeida%20dos%20Santos%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2023.

XXXXXXXXXXXX. *Estudo dos nomes de estabelecimentos comerciais de origem indígena em Porto Nacional (TO)*. 2023. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-graduação em Letras PPGLetras Porto Nacional, 2023. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/5438>. Acesso em 24 ago. 2023.

SEABRA, M. C. T. C. Referência e Onomástica. In: MAGALHÃES, J. S.; TRAVAGLIA, L. C. (Org.). *Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística*. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960.

SECOM-PN. Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Nacional. *Relatório de enidades*. Porto Nacional, TO, 2022.

SILVA, R. P. *Povos indígenas do Tocantins: desafios contemporâneos*. Palmas: Nago Editora, 2020.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Orçamento. Matteo, Kátia Castro de; Araújo, Wladimir Sena Araújo; Matricardi, Eraldo Aparecido Trondoli; Paro, Polyana; Oliveira, Fagno Tavares de. (org.). Superintendência de Planejamento e Desenvolvimento. Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. Gerência de Indicadores Econômicos e Sociais. Zoneamento Ecológico-Econômico. *Diagnóstico da Dinâmica Social e Econômica do Estado do Tocantins*. Populações Tradicionais. Palmas: SEPLAN, 2016.

TORRES, C. A.; COSTA, M. O. Povo indígena Apinajé: ritual da tora grande (párkaper). *Articulando e construindo saberes*, v. 5, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/60382>. Acesso em: 20 mar. 2023.

VAMPRE, S. *Do nome civil*. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1935.